



COLONIALIDADE E CURRÍCULO: AS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL MERIDIONAL

Guilherme José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br

Fernanda Schons

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br

Gilmar José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
gilmar.schons@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

Ao observar o padrão de ensino que toma a história europeia como parâmetro para uma divisão de tempo artificial que passa a ser universalizada, bem como diante das críticas de Quijano (2005) ao plano cultural do eurocentrismo, nos lembramos do debate epistemológico pós-colonial travado pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty, no âmbito dos estudos subalternos, a respeito do nacionalismo, do orientalismo e do imperialismo. Para ele (2000), a Europa, pensada em termos hiper-reais por se referir a uma figura de imaginação e produção de discursos com referências geográficas indeterminadas, é uma categoria reificada e, portanto, sujeita à contestação. Considerando que ela permanece soberana e o sujeito histórico de todas as histórias, tudo aquilo que passa a ser assimilado como Outra/o acabaria sendo tão somente variação atrasada, anacrônica e inferiorizada de algo maior a ser ambicionado por todas/os: a história da Europa. A partir daqui é que surge a proposta metodológica do autor – provincializar a Europa, como sendo o exercício em que se estabelece possibilidade de alianças entre histórias metropolitanas dominantes e os passados/presentes que foram subalternizados.

Com isso, vislumbramos alternativas a essa versão objetificada (e celebrada) do continente europeu, o qual aparece, ainda hoje, como maquinista da locomotiva de uma história linear, homogênea, evolucionista – e, adicionamos, que acumula incansavelmente



ruína sobre ruína (Benjamin, 1985). De qualquer forma, enquanto as histórias de outras localidades podem ser tão somente um apêndice anacrônico (Mudrovic, 2018), atrasado e, portanto, explorado por uma geopolítica do conhecimento colonialista (Mignolo, 2020), emerge a contingência de problematizarmos as matrizes de ensino eurocêntricas nas quais é hegemonizada a tradicional concepção linear em que a história do Brasil e a de todo o conjunto da América Latina seriam tão somente uma derivação dependente da expansão europeia e em que se nega o protagonismo de indígenas, mulheres e negros. Um exemplo emblemático disso é a chamada divisão quadripartite da história (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), que remonta à proposta tripartite do alemão Christoph Cellarius, autor da obra *Historia Universalis*, do século XVII.

Diante desses elementos e influenciados pelos debates suscitados na disciplina *Seminário Avançado em Educação e Direitos Humanos: perspectivas decoloniais*, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, problematizamos de que forma a colonialidade está presente nos currículos das licenciaturas em História de instituições públicas de ensino superior no Brasil Meridional. Para esse exercício, buscamos analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) concernentes.

2. Metodologia

A partir das questões abordadas e considerando o objetivo de analisar os currículos das licenciaturas em História de instituições públicas de ensino superior no Brasil Meridional com base nas Epistemologias do Sul, nos direcionamos, em 23 de abril de 2025, à catalogação de tais cursos. Para tanto, recorremos aos sítios eletrônicos de universidades federais, estaduais e municipal e institutos federais sediados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Nesse exercício, identificamos que, entre as 27 (vinte e sete) instituições públicas de ensino superior no Brasil Meridional, são 20 (vinte) as que possuem o curso de licenciatura em História – onde foi possível localizar, ao todo, 29 (vinte e nove) cursos – tendo em vista a oferta em diferentes *campi* ou de distintas modalidades em uma mesma universidade ou instituto. Constituído esse universo de pesquisa, prosseguimos para a análise de tal *corpus* documental com foco nas estruturas curriculares publicizadas em



cada um dos 29 Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Assim, constatamos duas categorias de investigação: A – Divisão quadripartite (cursos que seguem a divisão eurocêntrica com as histórias Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea); B – Indícios de giro decolonial (onde não aparece o modelo quadripartite).

A figura a seguir proporciona a visualização dessa metodologia de trabalho. Foram destacadas as informações: Instituição de Ensino Superior (IES) e sigla, cidade/campus, esfera (universidade ou instituto – federal, estadual ou municipal), estado, duração e turno do curso, categorização e ano de publicação do PPC, além dos sítios eletrônicos correspondentes.

Figura 1 – Catalogação das licenciaturas em História de instituições públicas de ensino superior no Brasil Meridional quanto aos currículos

Sigla	IES	Cidade/Campus	Esfera	Estado	Duração do Turno do curso	Categorização do PPC	Site do curso	Site do Página	Ano do PPC
1	IF Sul	Instituto Federal Sul-rio-grandense	Sapiranga, RS	Instituto Federal	RS	10 semestres	EAD	A - Divisão quadripartite	https://intranet.ifrn43 2023
2	IFPR	Instituto Federal do Paraná	Colombo, PR	Instituto Federal	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://ifprned.ifpr67 2024
3	Unipampa	Universidade Federal do Pampa	Jaguarão, RS	Universidade Federal	RS	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://cursos.ifrs64 2024
4	Unipampa	Universidade Federal do Pampa	Jaguarão, RS	Universidade Federal	RS	8 semestres	EAD	A - Divisão quadripartite	https://cursos.ifrs67 2020
5	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande, RS	Universidade Federal	RS	8 semestres	Vespertino	A - Divisão quadripartite	https://www.fif/or33 2018
6	UFPel	Universidade Federal de Pelotas	Pelotas, RS	Universidade Federal	RS	9 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://instituifif/wi28 2020
7	UFPel	Universidade Federal de Pelotas	Pelotas, RS	Universidade Federal	RS	9 semestres	EAD	A - Divisão quadripartite	https://instituifif/wi46 2023
8	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria, RS	Universidade Federal	RS	8 semestres	Integral	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi33 2023
9	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre, RS	Universidade Federal	RS	8 semestres	Integral e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi24 2024
10	UFRS	Universidade Federal da Fronteira Sul	Erechim, RS	Universidade Federal	RS	9 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi25 2012
11	UFRS	Universidade Federal da Fronteira Sul	Chapecó, SC	Universidade Federal	SC	9 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi31 2012
12	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis, SC	Universidade Federal	SC	8 semestres	Integral	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi86 2022
13	UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Foz do Iguaçu, PR	Universidade Federal	PR	8 semestres	Noturno	B - Indícios de giro decolonial	https://portalifif/pc71 2018
14	UEPP	Universidade Federal do Paraná	Curitiba, PR	Universidade Federal	PR	8 semestres	Integral	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi30 2023
15	UDI-SC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Florianópolis, SC	Universidade Estadual	SC	8 semestres	Vespertino e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi12 2014
16	UEM	Universidade Estadual de Maringá	Maringá, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Manutíno e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi29 2022
17	UEM	Universidade Estadual de Maringá	Maringá, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	EAD	A - Divisão quadripartite	https://portalifif/pc2 2022
18	UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi1 2019
19	UEL	Universidade Estadual de Londrina	Londrina, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Manutíno e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://graduifif/pt16 2023
20	Uniceste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Cascavel, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi1 2023
21	Uniceste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Marcelo Cândido Rond	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Manutíno e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi14 2023
22	Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Guarapuava, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Manutíno e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi16 2019
23	Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Iraty, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi15 2019
24	Unespar	Universidade Estadual do Paraná	Campo Mourão, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi1 2011
25	Unespar	Universidade Estadual do Paraná	Paraná, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi39 2021
26	Unespar	Universidade Estadual do Paraná	Paraná, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi35 2025
27	Unespar	Universidade Estadual do Paraná	União da Vitória, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi78 2022
28	UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Jacarezinho, PR	Universidade Estadual	PR	8 semestres	Vespertino e Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/dr32 2023
29	FURB	Universidade Regional de Blumenau	Blumenau, SC	Universidade Municipal	SC	9 semestres	Noturno	A - Divisão quadripartite	https://wwwifif/wi1 2021
30	IF-Floripa	Instituto Federal de Santa Catarina	Não há História	Instituto Federal	RS				
31	IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Não há História	Instituto Federal	RS				
32	IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina	Não há História	Instituto Federal	SC				
33	IFC	Instituto Federal Catarinense	Não há História	Instituto Federal	SC				
34	UFSCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de São Paulo	Não há História	Universidade Federal	RS				
35	UFTM	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Não há História	Universidade Federal	PR				
36	UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Não há História	Universidade Estadual	RS				

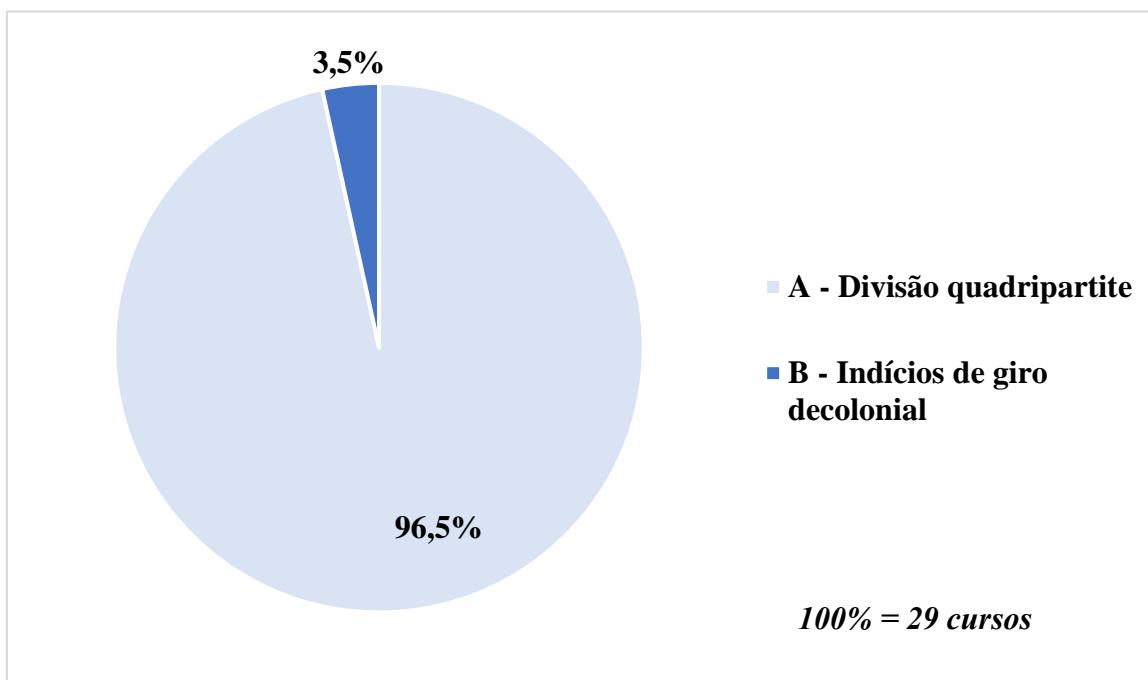
Fonte: Elaborada pelos autores para esta pesquisa (2025).

3. Resultados e discussão

Dessa forma, 28 PPCs (96,5%) foram agrupados na categoria A; e apenas 1 (3,5%) pôde ser inserido em B, com indícios de um giro decolonial. O gráfico a seguir ilustra o resultado.



Gráfico 1 – Categorização dos PPCs das licenciaturas em História de instituições públicas de ensino superior no Brasil Meridional



Fonte: Elaborado pelos autores para esta pesquisa (2025).

Diante desses elementos, é possível afirmar que na região Sul do Brasil a divisão quadripartite permanece absolutamente hegemônica – inclusive em maior medida do que em comparação ao conjunto das universidades federais criadas no século XXI, tendo em vista que, em pesquisa anterior sobre o tema, 77% dos cursos ficou no grupo (Schons, 2023), que aqui correspondeu a 96,5% do universo investigado. Há apenas uma exceção: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, PR.

4. Considerações finais

Perante a catalogação e a análise documental dos PPCs das licenciaturas em História de instituições públicas de ensino superior de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o estudo sustenta que a colonialidade, conforme formulada pelas Epistemologias do Sul, está presente em tais cursos a partir da naturalização do modelo quadripartite que universaliza a Europa e regionaliza, como espaços atrasados, o Brasil e a América Latina. Tendo em vista que 28 cursos pesquisados reproduzem uma geopolítica



do conhecimento colonial, a exceção da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é relevante em prol da provincialização da Europa por um giro epistêmico decolonial – o que aponta que o padrão hegemônico não é inevitável e, sendo assim, pode ser alterado para muito além de abordagens pontuais das/os docentes ou disciplinas esparsas sobre indígenas, África, Brasil ou América, as quais não são suficientes para romper com o modelo linear europeu inventado por Cellarius.

Referências

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton, Princeton University Press. 2000.

MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 48, p. 187-224, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 15 out. 2023.

MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? **Artcultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 22 out. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584>. Acesso em: 15 out. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

SCHONS, Guilherme José. Quando vamos provincializar a Europa? Uma interpelação à colonialidade dos currículos nas licenciaturas em História de universidades federais brasileiras. In: Seminário Ser Afro: discussões étnico-raciais em evidência, 2., 2023, Erechim. **Anais [...]**. Erechim: Editora UFFS, 2023. p. 1-5. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SERAFRO/article/view/20518>. Acesso em: 11 maio 2025.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas de Mestrado.